



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Data: 07/06/2022

AGÊNCIA PARA ★

Igeprev recupera mais de R\$ 42 milhões em compensação previdenciária

Desde 2021 o Instituto executa um plano de recuperação dos valores referentes à compensação pelo INSS

| 07/06/2022 16h34 - Atualizada em 07/06/2022 20h52

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev) recebeu nesta terça-feira (07) um depósito de R\$ 13.771.955,21 do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), referente a 154 requerimentos de compensação previdenciária do regime próprio de previdência do Pará, que desde 2016 aguardavam análise pela autarquia previdenciária da União. Os requerimentos foram aprovados para compensação em abril. Em maio, outros 282 requerimentos foram liberados pelo INSS, o que renderá ao Igeprev um depósito de R\$ 28.427.801,45, programado para julho.

Até março de 2022, a receita mensal do Igeprev oriunda de compensação previdenciária era próxima de R\$ 135 mil. De 2016 até abril deste ano, o Igeprev enviou 7.632 requerimentos de compensação previdenciária ao INSS. Porém, apenas 14 pedidos haviam sido aprovados nesse período.

Em junho de 2021, o Instituto de Gestão Previdenciária iniciou um plano de recuperação dos valores referentes à compensação. Uma força-

tarefa analisou todos os requerimentos da previdência paraense pendentes de análise.

“O aumento da receita oriunda da compensação previdenciária vem do excelente diálogo que a atual gestão do Igeprev mantém com o INSS, o que viabilizou a retomada da análise dos requerimentos estocados desde 2016. Em abril, a arrecadação já teve destaque, com valores próximos dos R\$ 14 milhões. O mês de maio foi surpreendentemente positivo, com 282 requerimentos aprovados”, informa o presidente do Igeprev, Giussepp Mendes.

Concessões e arrecadação - De julho de 2021 aos primeiros cinco meses de 2022, o Igeprev enviou mais de dois mil processos de concessão de aposentadorias ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). A homologação pelos membros do Tribunal de atos que precedem a concessão de aposentadorias, pensões por morte, reformas de militares e revisões de valores é condição essencial para a compensação



Sede do Igeprev, em Belém

previdenciária, conforme a Lei 9.796/1999.

“Outra marca importante alcançada em maio resulta da conciliação entre a concessão de benefícios previdenciários, a análise de verificação e consequente solicitação da compensação previdenciária, e também o acompanhamento, on-line, da arrecadação geral dos fundos administrados pelo Igeprev pela Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização, melhorando a eficiência na tomada de decisão”, afirma Marcelo Rodrigues, coordenador de Arrecadação e Finanças do Igeprev.



Giussepp Mendes, presidente do Igeprev: resultado do plano de recuperação

Compensação previdenciária - Compensação previdenciária é o repasse financeiro feito pelo INSS aos regimes próprios de previdência dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos casos de averbação de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria.

A compensação ocorre nos casos em que o servidor público averbou, para sua aposentadoria, períodos de atividade com recolhimento ao regime geral de previdência social (RGPS), mediante certidão emitida pelo INSS, ou quando o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) emite certidão de tempo de contribuição (CTC) ao ex-servidor, e este a utiliza para a aposentadoria concedida pelo INSS.

Além de tratativas com a Gerência Regional do INSS, em Belém, em outubro de 2021 técnicos do Igeprev foram a Brasília para reuniões com representantes da Coordenadoria de Normalização da Secretaria de Previdência, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência, e da Superintendência das Regiões Norte e Centro-Oeste do INSS.


Texto: Augusto Rodrigues – Ascom/Igeprev

| Por Governo do Pará (SECOM)



BLOG DO BACANA

Igeprev leva informações sobre a previdência para servidores da Sefa e Seplad

 by Jhonata Chaves  JUNHO 7, 2022



Servidores que atuam nos setores de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Administração (Seplad) e Secretaria da Fazenda (Sefa) participaram de capacitação oferecida pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev).

O curso abordou temas como instrução processual para a inatividade e as alterações legislativas trazidas pela Emenda à Constituição Estadual nº 77, de 2019, que definiu novas regras de aposentadoria para os servidores do regime próprio de previdência do Pará.

Foto: divulgação



Home / O Fato do Dia / R\$ 42 milhões em compensação previdenciária recuperados pelo Igeprev



Sede do Igeprev em Belém Foto: Alex Ribeiro/Agência Pará

R\$ 42 milhões em compensação previdenciária recuperados pelo Igeprev

em O Fato do Dia

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev) recebeu nesta terça-feira (07) um depósito de R\$ 13.771.955,21 do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), referente a 154 requerimentos de compensação previdenciária do regime próprio de previdência do Pará, que desde 2016 aguardavam análise pela autarquia previdenciária da União. Os requerimentos foram aprovados para compensação em abril.

Em maio, outros 282 requerimentos foram liberados pelo INSS, o que renderá ao Igeprev um depósito de R\$ 28.427.801,45, programado para julho. Até março de 2022, a receita mensal do Igeprev oriunda de compensação previdenciária era próxima de R\$ 135 mil. De 2016 até abril deste ano, o Igeprev enviou 7.632 requerimentos de compensação previdenciária ao INSS. Porém, apenas 14 pedidos haviam sido aprovados nesse período.

Em junho de 2021, o Instituto de Gestão Previdenciária iniciou um plano de recuperação dos valores referentes à compensação. Uma força-tarefa analisou todos os requerimentos da previdência paraense pendentes de análise.

“O aumento da receita oriunda da compensação previdenciária vem do excelente diálogo que a atual gestão do Igeprev mantém com o INSS, o que viabilizou a retomada da análise dos requerimentos estocados desde 2016. Em abril, a arrecadação já teve destaque, com valores próximos dos R\$ 14 milhões. O mês de maio foi surpreendentemente positivo, com 282 requerimentos aprovados”, informa o presidente do Igeprev, Giussepp Mendes. De julho de 2021 aos primeiros cinco meses de 2022, o Igeprev enviou mais de dois mil processos de concessão de aposentadorias ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). A homologação pelos membros do Tribunal de atos que precedem a concessão de aposentadorias, pensões por morte, reformas de militares e revisões de valores é condição essencial para a compensação previdenciária, conforme a Lei 9.796/1999.



Giussepp Mendes, presidente do Igeprev: resultado do plano de recuperação

Foto: Alex Ribeiro / Ag. Pará

“Outra marca importante alcançada em maio resulta da conciliação entre a concessão de benefícios previdenciários, a análise de verificação e consequente solicitação da compensação previdenciária, e também o acompanhamento, on-line, da arrecadação geral dos fundos administrados pelo Igeprev pela Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização, melhorando a eficiência na tomada de decisão”, afirma Marcelo Rodrigues, coordenador de Arrecadação e Finanças do Igeprev.

Compensação previdenciária é o repasse financeiro feito pelo INSS aos regimes próprios de previdência dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos casos de averbação de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria.

A compensação ocorre nos casos em que o servidor público averbou, para sua aposentadoria, períodos de atividade com recolhimento ao regime geral de previdência social (RGPS), mediante certidão emitida pelo INSS, ou quando o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) emite certidão de tempo de contribuição (CTC) ao ex-servidor, e este a utiliza para a aposentadoria concedida pelo INSS.

São comuns situações de servidores públicos que, quando requerem aposentadoria, informam ao Igeprev o tempo de contribuição ao regime geral de previdência (por exemplo, um professor da rede estadual que, durante sua carreira, também lecionou em escolas particulares). Nesses casos, a previdência paraense custeia a aposentadoria, mas requer a compensação previdenciária do INSS.

Além de tratativas com a Gerência Regional do INSS, em Belém, em outubro de 2021 técnicos do Igeprev foram a Brasília para reuniões com representantes da Coordenadoria de Normalização da Secretaria de Previdência, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência, e da Superintendência das Regiões Norte e Centro-Oeste do INSS.

Por Augusto Rodrigues – Ascom/Igeprev

Fontes: Agência Pará/Secom